

Farsas Urbanas

As cidades nascem, desenvolvem-se e, eventualmente, morrem determinadas por processos vários.

Historicamente, o aglomerado urbano surge por razões que se prendem com o carácter simbólico do lugar ou enquanto uma centralidade administrativa/cultural relativa a um determinado território ou rede de cidades. A cidade acontece precedida por imperativos de defesa, de consolidação do território ou por factores de ordem económica, nomeadamente o controlo das rotas comerciais, o escoamento de bens extraídos de determinado local, a resposta às necessidades da indústria, o comércio, os serviços ou até mesmo o turismo.

A sociedade mudou bastante, terciarizou-se, abandonou uma postura predominantemente agrária e está, segundo alguns teóricos, em rota de falência. As alterações na sociedade, as modificações das necessidades dos indivíduos, das funções que desempenham, os avanços tecnológicos, também contribuíram para que, ao longo dos tempos, se impusessem profundas alterações à forma e às funções das cidades que habitamos. Estas construíram-se, inventaram-se, reformularam-se e reconstruíram-se de maneira a dar uma resposta eficaz a novas realidades.

Paralelamente ao passar do tempo, os aglomerados urbanos consolidaram-se dando resposta a outras necessidades. As ruas evoluíram no seu conceito, alteraram de perfil, adquiriram novos contornos e significados diferentes. Nesta equação urbana, a edificação que existe desde tempos imemoriais, também acontece como reflexo dos mais variados factores, quer seja o carácter simbólico ou efectivo da sua utilização; a função a cumprir; o poder ou a fraqueza económica que a promove; a tecnologia num determinado momento; as influências externas; a filosofia que precede o acto criador; enfim, o resultado do edificado resulta de um somatório de verdades, por certo não totalmente enumeradas, que são o reflexo de uma mentalidade, de uma sociedade, de uma organização política, de um determinado ambiente ou contexto. Tempo que passa, políticas que mudam, sociedade que se altera ao sabor dos mais variados protagonistas da mudança.

Neste seguimento, se tudo muda, se nada é constante, se tudo evolui, então porquê cristalizar aquilo que hoje entendemos por Património, ao ponto de estagnar a regeneração urbana, ao ponto de matar a cidade? É certo que a atribuição ao edificado da qualidade de Monumento, resulta da necessidade de preservar por força de decreto, aquilo que a habitual selvajaria humana não sabe respeitar. É também certo que, não fosse pelas bulas papais, por decretos, por regulamentos, por normativas ou pela atribuição do estatuto de Monumento, muito ou a quase totalidade daquilo que hoje conhecemos, reflexo da nossa civilização, não existiria. Não fossem tomadas medidas de salvaguarda e tudo seria desmantelado para reaproveitamento da matéria-prima, ou seria simplesmente demolido para dar lugar a mais um condomínio

fechado, uma rotunda, ou uma variante de ligação de x a y, muito útil para “ganharmos” mais meia dúzia de minutos num dia, como se isso tivesse fundamental importância. Quaisquer das posições atrás referidas terão possibilidades de justificativa. Por um lado, a conservação cega, o absolutismo do património e no outro extremo a tábua rasa, já o defendia Le Corbusier.

Colocam-se as questões: não haverá uma postura de equilíbrio entre as duas posições? Não conseguirão as instituições encontrar um ponto de equilíbrio entre o que é desejável e o que é necessário?

Introduzamos a noção de “farsa urbana”. Como convencer alguém a reanimar uma “farsa urbana”? O termo “farsa urbana” surge neste contexto como o edifício, no qual apenas perdura a fachada secular que mal se sustenta, que esconde um miolo podre, que engana o cidadão, que lhe conta uma história superficial, que não tem alma e muito mais relevante que isso, que não tem Vida. Assim vai a grande parte dos centros históricos do nosso país, ou pelo menos aqueles que não se apoiam numa estratégia séria de recuperação do edificado, que frequentemente questiona o seu actual uso e se esse dignifica o núcleo histórico que integra. Mais do que seria desejável, entendemos por Património algo velho que urge evitar que desabe.

Há várias posições possíveis perante o património. Por exemplo, havia algo que para mim sempre fora um mistério e que se prende com a realidade Japonesa. Templos seculares ou até milenares, num clima ora quente e húmido ora gelado, construídos em madeira. Então não apodrecem? Como manter a madeira com um aspecto tão cuidado, por centenas ou milhares de anos? Resposta: demolindo e construindo tal e qual o plano original. Diferente será a abordagem norte-americana que implode, que constrói o novo de acordo com a realidade ou a necessidade da época e com a tecnologia do momento. Julgo que nem “oito nem oitenta”. Em muitos casos é impossível refazer o miolo original de tantas “farsas urbanas” que estão disseminadas um pouco por toda a cidade, ou porque da sua forma original não há informação, ou porque a sua anterior função já não se justifica. Nesses casos dever-se-ia agir no intuito de captar a sua imagem, como que o registo do tempo, a catalogação viva de um tempo passado, para informar quem está ou quem chega. Podendo preservar-se os elementos de real significado, contudo permitindo a sua refuncionalização e tirar partido das tecnologias construtivas actuais. Fará sentido obrigar à recuperação, nos moldes originários, de uma fachada executada em taipa que ameaça ruir, ainda por cima mal executada à época, quando a alma daquele edifício já não existe? Que sentido terá promover o “pastiche” apenas porque estamos na proximidade de uma zona histórica? Será que esse é a resposta mais adequada ao contexto histórico, será que é mais adequado do que conjugar aquilo que é efectivamente antigo com uma linguagem contemporânea?

Não acredito num pastiche que “assassina” o que realmente é antigo e por isso tem valor, uma farsa baseada no alumínio termolacado, na cornija pré-moldada em cimento, ou no coruchêu de fibra. Essa postura apenas reforça a farsa que as nossas cidades incorrem se continuarmos a enveredar por posturas tão pouco sérias de intervenção no património, já para não falar da edificação comum. Como em tantas outras áreas, este problema é uma “pescadinha de rabo na boca”. Numa intervenção num núcleo histórico, um determinado organismo decisor não permite a refuncionalização de uma edificação. Não admite uma proposta séria, que porventura lhe aumente a cêrcea ou o volume construído, permissão que poderia significar

uma lufada de ar fresco, talvez um atrair de população que cada vez mais escasseia nos cascos antigos e que poderia viabilizar economicamente a operação. Assume-se por isso uma postura estanque que provoca a conseqüente reacção de nada restaurar, nada construir. Se, numa base séria, se observar que muitas vezes a recuperação do edificado depende da sustentabilidade económica, de uma qualquer operação de intervenção num núcleo histórico, ganharíamos todos. Não serão as correntes filosóficas que norteiam a intervenção no edificado que servem de desculpa. Por um lado, há os que defendem a manutenção da imagem antiga, uma espécie de continuidade da imagem original, porém simulada, mesmo quando se introduzem novos elementos construídos. Por outro lado, há quem defenda que se deve distinguir a intervenção nova, destacando-a da construção original e por isso, não compactuando com mimetismos. Note-se que todas estas posturas são bibliograficamente suportadas. Pessoalmente penso que a imitação apenas retira dignidade ao que de facto é genuíno.

Na Áustria, mais especificamente em Viena, há inúmeros exemplos de intervenções em edifícios ou conjuntos edificados seculares, onde a intervenção incide ao nível da total modernização do interior do edifício, bem como da introdução de elementos de contemporaneidade no seu exterior, como serão os casos do MAK WIEN – Museu Austríaco de Artes Aplicadas / Arte Contemporânea, do Museu Albertina com intervenção recente do arquitecto Hans Hollein ou até mesmo do núcleo museológico do “Museumsquartier” Neste último, será de salientar a fabulosa conjugação entre património e contemporaneidade, onde no interior de um quarteirão do período Barroco se implantam os fabulosos edifícios do Museu Leopold, do MUMOK, ou o Architektur Zentrum Wien, já para não referir recentes intervenções ultra-contemporâneas no tecido histórico consolidado nessa cidade.

Há outros exemplos internacionalmente conhecidos e massivamente publicados de intervenções em tecidos urbanos bastante sensíveis, onde constantemente está a ser avaliada a validade para a conservação de um determinado elemento arquitectónico, não caindo numa espécie de “cegueira conservacionista”. No nosso país quase parece que alguns agentes decisores agem ou não agem por falta de coragem, por falta de convicção pessoal acerca do que é o património, do que é arquitectura e na dúvida resolvem nada alterar.

A solução do problema não é fácil, considerando que qualquer decisão é precedida por um jogo de poder, pela luta partidária entre protagonistas das várias instituições envolvidas, o ego do chefe, as quezílias entre colegas, o absolutismo da lei que a todos os indeferimentos sustenta. Casos há de estudos iniciados academicamente por duas ou três pessoas, que desenvolvem esquemas teóricos, enquadramento legal, estudos económicos e de financiamento. Criam-se, por exemplo, as Sociedades para a Renovação Urbana e por uma necessidade de falta de pessoal, destacam-se indiscriminadamente funcionários públicos e agentes políticos para “olear” essa máquina. Subitamente percebemos que, em vez de ficar oleada, a máquina emperrou. Deparamo-nos com uma máquina excessivamente carregada, lenta, viciada e altamente desmotivadora de todos aqueles que deram tudo de si para a criar e colocar em marcha.

Esta reflexão assume-se como uma reacção, despoletada pela constatação que vivemos em “cidades cancerosas”, onde além dos “tumores urbanos” facilmente observáveis à vista desarmada, ainda há inúmeros que estão escondidos sob uma “derme construída”

aparentemente saudável. Um dia, inesperadamente e para “surpresa” de todos, o edifício fica reduzido a escombros ou parte da fachada desaba. Rapidamente se instaura um inquérito. Inquérito, um chavão imediatamente cuspidos para calar a população. Nada se conclui, nada muda, amanhã ainda haverá centenas de farsas e nós, enganados, olhamos embevecidos a fachada entaipada e chamamos-lhe património, junto-lhe morto.

Miguel Caetano